



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281872-8**

**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**APELADO: RICARDO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**EMENTA:**

**CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO DE USUCAPIÃO – FALTA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO – NULIDADE CARACTERIZADA – PREJUÍZO PROCESSUAL – INTERESSE PÚBLICO – PROVIMENTO DO APELO MINISTERIAL. PRECEDENTE DO TJPE.**

1. O princípio segundo o qual “não há nulidade sem prejuízo” aplica-se à atuação do Ministério Público, cuja falta de intimação, nos casos de intervenção obrigatória sob pena de nulidade resulta em prejuízo processual.
2. Inteligência dos arts. 944 c/c art. 246 e Parágrafo Único do CPC.
3. Apelo provido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em dar provimento ao presente recurso**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 18 de  de 2013.

**DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**RELATOR**



277

**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281872-8**

**COMARCA: RECIE – 21ª VARA CÍVEL**

**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**APELADO: RICARDO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

### **RELATÓRIO**

O Ministério Público do Estado de Pernambuco interpôs este recurso de apelação (fls. 217/230) com o objetivo de anular a sentença proferida na Ação de Usucapião (proc. nº. 0045250-98.2006.8.17.0001) e os atos processuais a partir da designação da audiência instrutória, visto que a secretaria judicial **não o intimou pessoalmente** para comparecer àquele ato.

Afirma que foi tolhido de fiscalizar o cumprimento dos comandos legais inerentes à lide e de participar da instrução processual, com evidente cerceamento de defesa à sociedade.

Sustenta que o parecer deve ser oral no julgamento em audiência – não em memorial – transcrevendo, ao propósito, decisão do TJRS (fl.222).

Ressalta que, no momento oportuno, lançou **cota** nos autos que sequer foi apreciada, sendo o feito julgado, sem observância das formalidades legais.

Elege dois equívocos da sentença: o **primeiro**, quando lhe dispensa o tratamento de “mero fiscal do procedimento”; e o **segundo**, quando condiciona a nulidade do ato à demonstração do prejuízo – pois o gravame é exatamente o não cumprimento dos dispositivos atinentes à ação judicial, de maneira que a decisão

278



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

monocrática feriu o princípio do devido processo legal e, consequentemente, afrontou o próprio direito positivo brasileiro.

Prequestiona diversos dispositivos constitucionais e da legislação ordinária.

**SENTENÇA DE 1º GRAU:**

A cota ministerial foi apreciada e indeferida na própria sentença de fls.204/215, embora reconhecendo o magistrado que o art. 944 do CPC estabelece a intervenção obrigatória do Ministério Público nas ações de usucapião, enquanto o art. 83 do mesmo diploma repete a exigência relativamente aos processos em que o *parquet* intervém como fiscal da lei, ciente de que a nulidade ocorre a partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado (art. 246).

Apesar disto, entendeu o sentenciante que, no caso, deve prevalecer o princípio *pas de nullité sans grief*, o qual teria aplicabilidade mesmo no caso de nulidade absoluta em que o prejuízo é presumido, como as ações em que avulta interesse de menores ou quando não há intervenção ministerial no segundo grau.

Enfatiza que na ação de usucapião a perda de um único ato processual não significa prejuízo irreparável ao “parquet” – apenas *custos legis* – bem diferente da atuação quando é parte no processo porque aí seria evidente o cerceamento de defesa.

Discorre acerca do prejuízo processual com referências doutrinárias e um julgado do STF e, por fim, declara que a intervenção ministerial na ação de usucapião somente se justifica quando houver interesse de incapaz ou litígios coletivos pela posse de terra rural.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**CONTRARRAZÕES:**

O apelado ofertou as contrarrazões de fls. 237/241 na mesma linha de prejuízo inexistente, requerendo, a final, a manutenção do provimento recorrido.

**PARECER DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA:**

A Douta Procuradoria de Justiça emitiu Parecer (fls. 271/274), no sentido de que a matéria é de interesse público e o art. 944 do CPC é taxativo ao determinar que o Ministério Público, nas ações de usucapião intervirá obrigatoriamente em todos os atos do processo, sob pena de nulidade.

Registra que a atuação da procuradoria de justiça em segundo grau não afasta a irregularidade insanável e transcreve jurisprudência do STJ, opinando pelo provimento do recurso.

É o relatório. À Revisão.

Recife, 20 de fevereiro de 2013

  
DES. ROBERTO DA SILVA MAIA

**RELATOR**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0281872-8**

**COMARCA: RECIE – 21ª VARA CÍVEL**

**APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**APELADO: RICARDO ALCÂNTARA DE OLIVEIRA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**VOTO**

Conheço do recurso e passo à análise das razões recursais do Ministério Público, cuja pretensão é anular a sentença declaratória de usucapião proferida nestes autos, por falta de intimação para comparecimento à audiência de instrução em flagrante descumprimento das normas processuais cogentes (arts. 944 c/c 246 do CPC).

Ao indeferir, na própria sentença, a cota ministerial que visava à repetição do ato inquinado de nulidade o juiz monocrático aplicou o princípio segundo o qual “não há nulidade sem prejuízo” – (*pas de nullité sans grief*) – ao argumento de que “*em sendo a participação do Ministério Público na ação de usucapião uma simples intervenção como “fiscal da lei” e não propriamente como parte, a perda de um único ato processual não significa prejuízo irreparável para a defesa dos interesses (coletivos) que visa a resguardar” (fl.211).*

Entendo que os princípios devem ser observados em qualquer circunstância. A diferença está na apuração do prejuízo que, nem sempre é de ordem material, a exemplo do acórdão do STJ que serviu de alicerce à sentença.

Trata-se, ali, de decisão homologatória de acordo firmado entre partes nos autos de uma ação de desapropriação direta, onde foi resguardado o interesse



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

do incapaz fato que, em princípio, dispensaria a presença do MP, na óptica do Relator, assim:

**RECURSO ESPECIAL Nº 818.978 - ES (2006/0030548-2)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**

RECORRENTE : MINIST. PÚBL. DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADOR : GABRIEL DE SOUZA CARDOSO E OUTRO(S)

RECORRIDO : ZIUL PINHEIRO - ESPÓLIO

REPR. POR : MARIA HELOISA PINHEIRO

ADVOGADO : NELSON DE MEDEIROS TEIXEIRA

INTERES. : MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

**EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. DESAPROPRIAÇÃO DIRETA. ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES. PARTE INCAPAZ. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA. NULIDADE. PREJUÍZO. NÃO COMPROVAÇÃO.**

1. A discussão trazida à colação cinge-se em saber se o Ministério Público estadual possui legitimidade para interpor recurso de apelação para impugnar sentença homologatória de acordo firmado entre as partes - uma delas, incapaz - em ação expropriatória da qual não participou como *custus legis*.

2. No caso dos autos, não se trata de desapropriação que envolva discussões ambientais, do patrimônio histórico-cultural ou qualquer outro interesse público para o qual o legislador tenha obrigado a intervenção do Ministério Público, sob pena de nulidade. Ao revés, cuidou-se de desapropriação por utilidade pública, em que apenas se discutia os critérios a serem utilizados para fixação do montante indenizatório, valores, ademais, aceitos pelos expropriados.

3. Quanto ao segundo argumento, no tocante à nulidade do acórdão no pertinente à não intervenção do Ministério Público para fins de preservação de interesse de incapaz, a jurisprudência desta Corte já assentou entendimento no sentido de que a ausência de intimação do Ministério Público, por si só, não enseja a decretação de nulidade do julgado, a não ser que se demonstre o efetivo prejuízo para as partes ou para a apuração da verdade substancial da controvérsia jurídica, à luz do princípio *pas de nullités sans grief*. Até mesmo nas hipóteses em que a intervenção do *Parquet* é obrigatória, como no presente caso em que envolve interesse de incapaz, seria necessária a demonstração de prejuízo deste para que se reconheça a nulidade processual. (Precedentes: REsp 1.010.521/PE, Rel. Min. Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 26.10.2010, DJe 9.11.2010; REsp 814.479/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 2.12.2010, DJe 14.12.2010).

4. Na espécie, o Ministério Público não demonstrou ou mesmo aventou a ocorrência de algum prejuízo que legitimasse sua



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

intervenção. Ao revés, simplesmente pretende, por intermédio do recurso especial, delimitar absoluto interesse interveniente sem que indique fato ou dado concreto ou mesmo hipotético que sustente tal legitimidade. O prejuízo aqui tratado não pode ser presumido; precisa ser efetivamente demonstrado, o que não se deu no caso dos autos. 5. Recurso especial não provido.

Naquele caso, a desapropriação por utilidade pública ocorreria de qualquer forma e o único ponto da controvérsia era precisamente o “quantum” indenizatório, àquela altura, já superado.

Nestes autos, em que pese o entendimento contemporâneo sobre o sistema de nulidades, há outros pontos em discussão a começar pelo vocábulo “**obrigatoriamente**” inserto no art. 944 do CPC e até agora não descartado. Outro tanto se diga da cominação de nulidade prevista no art. 246 do CPC, por **falta de intimação** do Ministério Público e não de efetiva participação do órgão.

Vigentes esses dispositivos legais, não se sustenta a assertiva de que “um único ato”, isoladamente praticado sem observância de tais preceitos, pudesse sobreviver, incólume, porque sendo uno estaria imune à cominação de nulidade.

A lei reclama a intervenção do “parquet” **em todos os atos processuais da ação de usucapião**, sem excluir, sem excepcionar, sem minimizar um único ato.

Afastada esta singularidade, é preciso lembrar que a secretaria judiciária deixou de intimar o Ministério Público para um ato que, normalmente, não seria reproduzido – nada mais, nada menos que a audiência de instrução, com a produção de prova oral, **subtraindo**-lhe o direito de reperguntar após a inquirição das testemunhas pelo magistrado e emitir o parecer oral, se nenhuma diligência tivesse a requerer.

Então, a nulidade se impõe – não por um prejuízo visivelmente causado ao recorrido – mas ao próprio direito, por inobservância do devido processo legal, garantia constitucional destinada a prevenir arbitrariedades e tutelar o direito à vida, à liberdade e à **propriedade**.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Tenha-se presente que o reconhecimento da prescrição aquisitiva – como se sabe – importa na forma originária de aquisição da propriedade imóvel pela qual a sentença é o título translativo levado a registro público, devendo constar do mandado judicial os requisitos da matrícula (art. 226 da Lei de Registros Públicos).

Onde há interesse público, interesse indisponível, a atuação do órgão ministerial está necessariamente vinculada, a menos que o próprio *parquet* decline desse encargo – mas a intimação pessoal se impõe.

É assim que o STJ tem reiteradamente decidido, conforme decisões transcritas nas razões do recurso.

E o Tribunal de Justiça de Pernambuco em acórdão datado de 06/04/2011 consagrou:

**QUINTA CÂMARA CÍVEL**  
**APELAÇÃO CÍVEL N.º 43773-2**  
**COMARCA:** 3ª Vara de Sucessões e Reg. Públ. – Comarca de Recife  
**APELANTE 1:** Elza Maria Lins de Carvalho  
**APELANTE 2:** Ministério Público  
**APELADO:** Espólio de Judite Vieira de Freitas Santos  
**RELATOR:** Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE USUCAPIÃO. PUGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PELO M. PÚBLICO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (ART. 944, CPC). PREJUÍZO EVIDENTE. NULIDADE CONFIGURADA. PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL. PREJUDICADO O RECURSO DA DEMANDANTE.

Portanto, o acórdão do STJ a que se refere a sentença (fls.207/208), não serve de parâmetro à hipótese destes autos.

Neste processo, a prescrição aquisitiva poderia ou não ser reconhecida, se outros meios de prova fossem produzidos mediante intervenção do “parquet” como fiscal da lei.





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Note-se que a abertura da sucessão do bem usucapiendo, inscrito em nome de Laís Reis e Silva, foi requerida perante a 3ª Vara de Sucessões (fl.104), sem maiores informações a respeito dos eventuais herdeiros e sucessores.

Além disto, na contestação de fl.105 há notícia do inventário do bem deixado por Laís Reis e Silva, distribuído antes da ação de Usucapião, tanto que o apelado

*"se utilizou de cópias de vários documentos juntadas aos autos do inventário para juntar na Ação de Usucapião, Certidão de Propriedade (fl.9), Certidões Cíveis – 1º, 2º e 3º Ofício (fls. 11,14 e 15). - (sic).*

Em resposta a Ofício do Juízo sentenciante o titular da 3ª Vara de Sucessões informou que o inventário estava em fase de avaliação cujo laudo já havia merecido "*a concordância dos interessados*" sem esclarecer quem se habilitou a este título (fl.164).

A penúltima cota ministerial (fl.168) foi deferida à fl.173, mas não houve tempo para o pronunciamento do órgão porque em seguida instalou-se a audiência de instrução na qual o usucapiente aparece como filho "adotivo" da decuja Laís Reis e Silva (fls. 199/200), em completo desacordo com os documentos que antes apresentou (fl.12)!

Se vínculo de parentesco houver, a ação está prejudicada. Inocorrente o parentesco e na ausência de herdeiros a herança de Laís Reis e Silva reverteria ao Estado, agora Município (arts. 1.143 CPC e arts. 1.822 e 1.844 do Cód. Civil).

Enfim, são questões que não podem ser desprezadas porque previstas no próprio ordenamento jurídico.

Não tenho dúvida de que o processo está lacunoso com a falta de participação do órgão ministerial na audiência de instrução e o mais que poderia ter visto, fiscalizado e requerido na sua função de *custos legis*, até proferir o parecer final que antecede a sentença.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 2º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Consequentemente, é inarredável a incidência nestes autos da norma inscrita no art. 246 do CPC: ***"é nulo o processo quando o Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir" e "se o processo tiver corrido sem conhecimento do Ministério Público o juiz o anulará a partir do momento em que o órgão devia ter sido intimado"*** (Parágrafo Único do mesmo dispositivo).

Ante o exposto, com esteio no art. 944 c/c os preceitos legais retromencionados, dou provimento à apelação no sentido de anular a sentença e o processo a partir da designação da audiência de instrução, impondo-se à ação de usucapião seu curso regular e considerando prequestionados os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais enumerados no recurso.

É o meu voto.

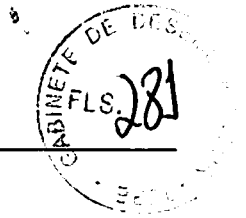
Recife, *18* de *maio* de 2013

**DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**RELATOR**



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**



**1ª Câmara Cível**

**Apelação nº281872-8**

**Apelante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Apelado: RICARDO ALCANTARA DE OLIVEIRA**

**Relator: Des. Roberto da Silva Maia**

**Revisor: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

---

**DESPACHO**

Inclua-se em pauta

Revisão em mesa.

Recife, 04 de março de 2013

  
**Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**  
Revisor